

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## O alerta de Appy

Ex-secretário da Reforma Tributária no Ministério da Fazenda e convidado especial para uma palestra magna na abertura do 10º Congresso Luso Brasileiro de Auditores Fiscais, em Belo Horizonte, Bernard Appy aproveitou o evento para manifestar preocupação com o fato de candidatos de direita falarem em acabar com a reforma. “É preocupante esse posicionamento. Acho isso muito ruim. Gera insegurança jurídica”, advertiu. Appy lembrou ainda que “quem se opõe (à Reforma Tributária) não quer que o país cresça”.

## “Não posso sair daqui”

Depois de confirmar presença no Fórum de Lisboa, o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, ligou para alguns amigos e autoridades para justificar a ausência. Ele alegou que tem muito trabalho em Brasília e não poderia se ausentar. A avaliação de muitos é de que, em meio ao caso Master — e a pena de políticos envolvidos —, impossível sair do quadrilátero Brasília-São Paulo-Rio de Janeiro-Salvador.

## Até aqui...

Enquanto as investigações e vazamentos sobre os recursos utilizados no filme biográfico de Jair Bolsonaro, *Dark Horse*, não provarem que Eduardo Bolsonaro se beneficiava deles, a pré-candidatura de Flávio Bolsonaro ao Planalto segue viável. Se o escândalo chegar ao filho 03 de Jair Bolsonaro, Flávio, o 01, será obrigado a parar nos boxes.

## ... contenção de danos

No cenário atual, a ordem é defender Flávio e evitar que cada fato novo prejudique a reputação do filme — visto como uma ferramenta para impulsionar o pré-candidato na corrida presidencial.

# Jornada de trabalho no embalo eleitoral

Senadores dos partidos de centro estão com dificuldades de votar propostas alternativas ao texto do fim da escala de trabalho 6 x 1 aprovado na Câmara. É que o “um dia a mais de descanso” ganhou corpo entre a população. Não por acaso, o presidente do MDB, Baleia Rossi, comentou no almoço do Líderes Empresariais (Lide), em São Paulo, que o partido apoia o projeto. As excelências têm dito que há muito tempo não havia uma cobrança tão grande sobre um tema. Se for a voto antes da eleição — é a tendência é de que seja apreciado —, será aprovado

**O que vale para Hugo.../ ... pode valer para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-**

AP). Até aqui, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem na aprovação do fim da escala 6 x 1 um legado “à Getúlio Vargas” para apresentar como o principal fruto de sua gestão — tal como Arthur Lira (PP-AL), que entregou a Reforma Tributária. O senador terá dificuldades de segurar o projeto, assim como tem feito com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública e o Redata (Regime especial de Tributação para Datacenters), que estimula a instalação desses serviços no país. E, com dois terços do Senado em jogo nessas eleições, amplia a pressão para que o texto vá a voto logo. É nisso que os governistas apostam.



## CURTIDAS

**Atenção, contribuintes!** Fiquem calmos. Um dos principais recados do secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas (foto), no 10º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais, em Belo Horizonte, foi de que o fisco não sairá multando as empresas nessa fase de teste dos primeiros acordos da Reforma Tributária. As receitas (federal, estaduais e municipais) estão no “modo diálogo e orientação” aos contribuintes.

Ed Alves/CB/D.A Press



**Articulação em Minas**/Por falar em Belo Horizonte, o pré-candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, participa hoje do encontro regional do partido. Ele chegou ontem à capital mineira para jantar com empresários na casa do presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Flavio Roscoe — cotado para concorrer ao governo estadual pelo PL.

**Muito além dos combustíveis**/ O jantar promovido pelo think tank Esfera em Lisboa, serviu para apresentação de um estudo sobre o avanço do crime organizado no varejo. O advogado Pierpaolo Bottini e a CEO do Esfera, Camila Camargo, mostraram que há facções controlando dezenas de lojas em vários estados.

**Primeiro João Fonseca**/ Antes de seguir para o XIV Fórum de Lisboa, o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, foi à Franca, mais precisamente acompanhar de perto o torneio de Roland Garros, onde João Fonseca, o tenista brasileiro de 19 anos, dá um show, passando às semifinais. Trabuco fala hoje no Fórum e segue direto para o aeroporto. Sem escala nos jantares que costumam reunir o meio jurídico, político e empresários.

## CONGRESSO

# Pressão para escala 6 x 1 andar

Senadores esperam Alcolumbre sinalizar tramitação. Governo pretende resolver este mês; bolsonaristas querem mais discussão

» DANANDRA ROCHA

A tramitação da proposta que extingue a escala de trabalho 6 x 1 e reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas será definida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), nos próximos dias. Os senadores aguardam uma reunião de líderes para discutir o rito da matéria e o cronograma de tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A intenção é construir um caminho que permita o debate de que envolve representantes de trabalhadores, empresários e sindicatos.

Embora tenha sinalizado a interlocutores a possibilidade de votar a proposta antes do período eleitoral, Alcolumbre também abriu espaço para uma discussão mais ampla sobre o tema ao encaminhar para a CCJ uma segunda PEC relacionada à jornada de trabalho. O texto alternativo foi apresentado por parlamentares do PL e reúne 40 assinaturas, incluindo a do senador e pré-candidato Flávio Bolsonaro (RJ).

A proposta defendida pelos bolsonaristas cria um regime mais flexível de contratação, baseado em horas efetivamente trabalhadas e negociadas entre empregado e empregador. A iniciativa chegou

ao Senado no mesmo dia em que a PEC aprovada pela Câmara foi protocolada na Casa, ampliando a disputa em torno dos modelos de organização do trabalho.

O líder da oposição no Congresso, Izalci Lucas (PL-DF), defende que qualquer mudança na legislação trabalhista seja analisada com cautela. Segundo ele, os impactos econômicos precisam ser considerados, especialmente para micro e pequenas empresas, responsáveis por parcela significativa dos empregos formais do país.

“Não dá para engessar o país com uma CLT de 1943. Estamos na era digital, da inteligência artificial. Precisamos analisar os impactos econômicos e sociais antes de aprovar uma mudança dessa dimensão”, afirmou ao *Correio*.

Izalci sustenta que a proposta alternativa preserva os direitos trabalhistas já existentes, mas amplia a liberdade de negociação sobre a distribuição da jornada. Na avaliação do senador, a definição da carga horária deve ocorrer por acordo entre trabalhador e empregador, sem interferência estatal.

O parlamentar também rejeita a classificação dada por críticos à proposta da oposição, apelidada por setores governistas e entidades sindicais de “PEC da escala 7x0”. “A proposta permite modelos

Pedro Gontijo/Agência Senado



Representantes patronais estiveram com Alcolumbre para pedir mais debate sobre a redução da jornada

diferentes de jornada, de acordo com a realidade de cada trabalhador e de cada empresa”, argumenta.

A movimentação do presidente do Senado ao encaminhar as duas PECs para a mesma comissão foi interpretada por parlamentares

como um indicativo de que a Casa pretende avaliar diferentes alternativas antes de tomar uma decisão sobre a reorganização da jornada de trabalho no país. Apesar da pressão para acelerar a análise da proposta, ainda não há definição

sobre quando a matéria começará a ser debatida formalmente na CCJ. Caberá ao presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), estabelecer o ritmo dos trabalhos e decidir sobre a realização de audiências públicas.

## Rito acelerado

Enquanto a oposição pede cautela, integrantes do governo trabalham para acelerar a tramitação da PEC. Ontem, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a expectativa do Executivo é aprovar a proposta antes do início do recesso legislativo, previsto para julho.

Em entrevista ao SBT News, Durigan argumentou que a escala 6x1 afeta de forma mais intensa trabalhadores de baixa renda, mulheres e pessoas negras. “Me parece um tema da desigualdade do mundo do trabalho, que precisa ser enfrentada”, explicou.

A mesma avaliação é compartilhada pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP). O parlamentar afirmou que a base governista pretende concentrar esforços para aprovar a PEC ainda em junho.

Randolfe comparou a resistência à proposta às reações históricas enfrentadas por outras mudanças nas relações trabalhistas brasileiras — como a criação do salário mínimo, da carteira de trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo ele, a atual jornada é incompatível com a realidade de milhões de trabalhadores.

## CASO MARCO BUZZI

# STJ ouve vítimas de importunação sexual

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) agendou para 11 de junho o depoimento de duas mulheres que acusam o ministro Marco Buzzi de importunação sexual. Com isso, o processo disciplinar aberto pelo tribunal para apurar denúncias contra Buzzi entra na fase de tomada de depoimentos.

Além das duas vítimas, serão ouvidas 20 testemunhas de defesa e de acusação.

Buzzi está afastado do cargo desde fevereiro. Ele é alvo de processo administrativo disciplinar (PAD) no STJ e de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), por ter foro privilegiado,

para apurar as acusações de importunações sexuais supostamente praticadas contra as duas mulheres. A defesa do ministro tem negado as acusações.

A primeira denúncia foi feita por parentes de uma jovem de 18 anos, que eram amigos do ministro. Segundo os relatos, a vítima

passava férias com os pais e a família de Buzzi no imóvel dele, em Santa Catarina. Lá, o magistrado teria tentado agarrar a jovem à força.

Depois dessa acusação, uma ex-assessora do ministro relatou fatos similares. Ela denunciou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) cinco episódios em que

teria sido importunada sexualmente e ainda um outro de assédio moral no período no qual trabalhou no gabinete de Buzzi.

O ministro também é investigado em processo no STF, que analisa o caso na esfera criminal e tramita em sigilo. No fim de março, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ao ministro Nunes Marques, relator do caso na Corte, parecer favorável à abertura de inquérito criminal, com envio dos

autos à autoridade policial para diligências por 60 dias, sob sigilo, e posterior retorno do processo ao Ministério Público para nova avaliação.

Em meados de abril, o STJ decidiu instaurar a medida disciplinar após a análise das conclusões da comissão de sindicância instaurada em fevereiro. Também foi mantido o afastamento cautelar de Buzzi até a conclusão do inquérito.